

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

ESCRAVIDÃO CRIMINOSA

(José Bonifácio)

Se os negros são homens como nós, e não formam uma espécie de brutos animais; se sentem e pensam como nós, que quadro de dor e de miséria não apresentam eles à imaginação de qualquer homem sensível e cristão? Se os gemidos de um bruto nos condoem, é impossível que deixemos de sentir também certa dor simpática com as desgraças e misérias dos escravos; mas tal é o efeito do costume e a voz da cobiça que vêem homens correr lágrimas de outros homens, sem que estas lhes espremam dos olhos uma só gota de compaixão e de ternura. Mas a cobiça não sente nem discorre como a razão e a humanidade. Para lavar-se, pois, das acusações que merecia, lançou sempre mão, e ainda agora lança, de mil motivos capciosos, com que pretende fazer a sua apologia; diz que é um ato de caridade trazer vítimas de África, porque assim escapam esses desgraçados de serem vítimas de despóticos régulos; diz igualmente que se não viessem esses escravos ficariam privados da luz do Evangelho, que todo cristão deve promover e espalhar; diz que esses infelizes mudam de um clima e país ardente e horrível para outro doce, fértil e ameno; diz, por fim, que devendo os criminosos e prisioneiros de guerra serem mortos imediatamente pelos seus bárbaros costumes, é um favor que se lhes faz comprá-los, para lhes conservar a vida, ainda que seja em cativeiro.

Homens perversos e insensatos! Todas essas razões apontadas valeriam alguma coisa se vós fôsseis buscar negros à África para lhes dar liberdade no Brasil, e estabelecê-los como colonos; mas perpetuar a

escavidão, fazer esses desgraçados mais infelizes do que seriam se alguns fossem mortos pela espada da injustiça e até dar azos certos para que se perpetuem tais horrores, é de certo um atentado manifesto contra as leis eternas da Justiça e da Religião. E por que continuaram e continuam a ser escravos os filhos desses africanos? Cometeram eles crimes? Foram apanhados em guerra? Sairam das trevas do paganismo para a luz do Evangelho? Não, por certo, e todavia seus filhos, e filhos desses filhos, devem, segundo vós, ser desgraçados para todo o sempre. Fala, pois, contra vós a Justiça e a Religião, e só vós podeis escorar no bárbaro direito público das antigas nações, e principalmente na farragem das chamadas leis romanas: com efeito, os apologistas da escravidão escudam-se com os gregos e romanos, sem advertirem que entre os gregos e romanos não estavam ainda bem desenvolvidos e demonstrados os princípios eternos do Direito Natural e os divinos princípios da Religião; e, todavia, como os escravos de então eram da mesma côr e origem dos senhores, e igualmente tinham a mesma ou quase igual civilização que a de seus amos, sua indústria, bom comportamento e talentos os habilitavam facilmente a merecer o amor de seus senhores e a consideração dos outros homens; o que de nenhum modo pode acontecer em regra aos selvagens africanos.

(Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. Paris, Firmin Didot, 1825; repr. em **Obras científicas, sociais e políticas** de José Bonifácio, ed. de Edgard de Cerqueira Falcão, pp. 138-139. Santos, 1963/65).

*

A AUTORIDADE POLÍTICA (Diderot)

Nenhum homem recebeu da natureza o direito de comandar os outros. A liberdade é um presente do céu, e cada indivíduo da mesma espécie tem o direito de gozar dela logo que goze da razão... Toda outra

autoridade (que a paterna) vem duma outra origem, que não é a da natureza. Examinando-a bem, sempre se a fará remontar a uma destas duas fontes: ou a força e a violência daquele que dela se apoderou; ou o consentimento daqueles que lhe são submetidos, por um contrato celebrado ou suposto entre eles e a quem deferiram a autoridade.

O poder que se adquire pela violência não é mais que uma usurpação e não dura senão pelo tempo por que a força daquele que comanda prevalece sobre a daqueles que obedecem... O poder que vem do consentimento dos povos supõe necessariamente condições que tornem o seu uso legítimo útil à sociedade, vantajoso para a república, e que a fixam e restringem entre limites; pois o homem não pode nem deve dar-se inteiramente e sem reserva a outro homem, porque há um Senhor superior acima de tudo, ao qual somente ele pertence por inteiro. É Deus, cujo poder é sempre imediato sobre a criatura, senhor tão cioso como absoluto, que nunca perde os seus direitos nem os comunica. Ele permite, para o bem comum e a manutenção da sociedade, que os homens estabeleçam entre si uma ordem de subordinação, que obedeçam a um deles; mas quer que seja por razão e com medida, e não cegamente e sem reserva, a fim de que a criatura não se arrogue os direitos do criador. Toda outra submissão é um verdadeiro crime de idolatria.

(Artigo **Autoridade política** na **Enciclopédia**.
Apud Freitas, Gustavo - **Novecentos textos e documentos de História**, III: 22-23. Lisboa, Plátano Editora, 1976).